

Governo insiste em *privatizar* a Cesp e *entregar* Porto Primavera

Após ser adiado diversas vezes, o leilão da Companhia Energética de São Paulo está marcado para 2 de outubro, quando o Estado pretende abrir mão de seu principal ativo no setor pelo valor de R\$ 4,7 bilhões. Entre as falhas do processo que podem mais uma vez impedir a venda, está a não obrigatoriedade de o novo concessionário concluir as obras que podem assegurar energia mais barata ao sistema interligado nacional. *Página 4*



Os 84 anos do SEESP e a luta pela frente

CRIADO EM 1934 no bojo do processo de modernização do Brasil, o SEESP comemora os seus 84 anos, que se completam neste 21 de setembro, ciente da tarefa hoje premente de multiplicar esforços para que o País retome o caminho do desenvolvimento socioeconômico. Os engenheiros são, por excelência, essenciais à construção de uma nação que possa assegurar à sua população condições adequadas de vida e exercício pleno da cidadania. Também, para que a categoria tenha oportunidade no mercado de trabalho e inserção social relevante, é preciso que haja investimentos públicos e privados, avanço tecnológico e crescimento.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Essa bandeira vem sendo defendida pelo SEESP de forma sistemática desde 2006 por meio do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Desde então, vimos apresentando propostas concretas para o fortalecimento da indústria nacional, o aprimoramento da nossa infraestrutura de produção e urbana, a geração de empregos de qualidade e ampliação da renda com melhoria das condições de vida. Assim, em meio a uma crise econômica grave, que tem como pior sintoma 13 milhões de desempregados, o SEESP celebra este aniversário disposto a contribuir decisivamente à superação

dos obstáculos que impedem a prosperidade e o bem-estar do povo brasileiro.

A missão é certamente de grande monta, pois as dificuldades econômicas são agravadas por medidas equivocadas e retrocessos sociais inexplicáveis, como a Emenda Constitucional 95, que impede investimentos públicos, e a Lei 13.467/2017, a malfadada reforma trabalhista. Essa última desregulamenta e desorganiza o mercado, traz insegurança jurídica a empresas e empregados e precariza o trabalho. Em resumo, lança-nos para um cenário pré-1930, anterior à industrialização do Brasil e à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja, nada tem de moderna ou atual.

Além de propiciar a retirada de direitos e eliminar a proteção social ao trabalho, a legislação teve ainda o objetivo claro de enfraquecer os sindicatos, seja por meio da dificuldade de acesso a fontes de custeio ou ao buscar reduzir o seu papel como representante dos trabalhadores. Por mais que tal situação seja lamentável, será sem dúvida alguma superada pela nossa capacidade de trabalho e pela organização e mobilização dos engenheiros.

Portanto, do alto de nossa história octogenária, repleta de lutas e conquistas em prol dos engenheiros, do Estado de São Paulo e do Brasil, renovamos nossa disposição de arregaçar as mangas e enfrentar este quadro desfavorável, mas que será transformado a bem dos nossos profissionais, do conjunto dos trabalhadores e da sociedade brasileira.

O sindicato celebra este aniversário disposto a contribuir decisivamente à superação dos obstáculos que impedem a prosperidade e o bem-estar do povo brasileiro.

Não devemos subestimar as dificuldades, mas tampouco nos intimidar diante delas. A missão à nossa frente é seguir defendendo a nossa categoria, o que implica garantir expansão econômica de forma sustentável, com distribuição de renda e fortalecimento da democracia.

Comemoremos nossos 84 anos com otimismo e determinação.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 11.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: Setembro de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).
Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

Súmula impede bancos de reter salários para quitação de dívidas

Nelson Noronha Gustavo Jr.

NO DIA 22 DE FEVEREIRO deste ano o Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou a Súmula 603, com o seguinte enunciado: "É vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual."

O entendimento do STJ baseia-se no fato de que a conduta da instituição financeira que desconta o rendimento do correntista para quitação de débito contraria o art. 7º, X, da Constituição Federal e o art. 833, IV, do Código de Processo Civil (CPC). Estes dispositivos visam a proteção do salário do trabalhador contra qualquer atitude de penhora, retenção ou outra conduta de restrição praticada pelos credores, salvo no caso de prestações alimentícias.

A aprovação dessa Súmula foi um avanço para se alcançar a segurança jurídica decorrente da interpretação dos artigos acima mencionados. Mas a Súmula vai além, preservando inclusive aqueles que contratualmente autorizavam o "débito em conta". Com a possibilidade de retenção de seus rendimentos, os bancos eram elevados a uma categoria ultraprivilegiada contra qualquer outro credor.

E como bem afirmou a ministra Nancy Andrighi na análise do Recurso Especial 1.012.915/PR: "Se nem mesmo ao Judiciá-

rio é lícito penhorar salários, não será a instituição privada autorizada a fazê-lo."

Em caso recente em que atuamos na Comarca de São Paulo, o Juiz titular da 6ª. Vara Cível do Foro Regional de Jabaquara deferiu a tutela provisória para impedir novos descontos na conta do autor, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 a cada episódio de

Caberá agora às instituições financeiras buscarem a satisfação de seus créditos pelas mesmas vias judiciais que qualquer outro credor, sem qualquer privilégio.

descumprimento, e determinou a imediata devolução dos valores já retidos a título de cheque especial e diversas renegociações. E no curtíssimo prazo de dois meses a ação foi julgada totalmente procedente, confirmando a tutela provisória deferida e condenando o banco à devolução dos valores retidos, devidamente corrigidos desde o desembolso, além dos danos morais calculados em três vezes o valor que o banco deverá devolver ao correntista.

Nelson Noronha Gustavo Jr. é advogado, mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e sócio do escritório Noronha Gustavo Advogados



CAOS E EFEITO





PRIVATIZAÇÃO DA CESP GERA RISCO DE *subaproveitamento* DE PORTO PRIMAVERA

Soraya Misleh

APÓS ADIAMENTOS e a despeito dos inúmeros questionamentos apontados pelo SEESP – em especial no que se refere à Usina Hidrelétrica de Porto Primavera –, o Governo do Estado de São Paulo divulgou em 7 de julho edital de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). O leilão da empresa, cujo preço mínimo é avaliado em R\$ 4,7 bilhões, está marcado para 2 de outubro próximo. Mas atropelos legais podem, inclusive, levar a nova suspensão da venda.

Para atrair mais interessados, o Executivo paulista ampliou o prazo de concessão de Porto Primavera – de 2028 para 2048. A usina representa a joia da Coroa: é o principal ativo da Cesp e a maior barragem do País, em termos físicos. “São 11 km de extensão”, indica Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do SEESP.

O sindicato denunciou junto aos diversos órgãos competentes duas questões (*confira em <https://goo.gl/tLE7uu>*): a indenização prevista ao concessionário ao final do contrato e a conclusão do projeto de Porto Primavera, ainda não executado integralmente. Ambas ensejaram representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a primeira delas foi, a partir de decisão desse órgão, solucionada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Caso a privatização ocorra, o concessionário não terá direito a indenização em função de investimentos não depreciados. O nó segue sendo a

Projeto original da usina ainda não foi integralmente executado e não há garantias de que concessionário o concluirá.

garantia de expansão do sistema elétrico, a partir da ampliação de Porto Primavera.

Sua implantação iniciou-se ao final da década de 1970. No projeto, estavam previstas, conforme o diretor do sindicato, 18 unidades geradoras, mas só 14 foram executadas até agora, totalizando 1.540 MW. “As quatro faltantes já estão com as obras civis prontas e boa parte das máquinas, estocada no local. E é preciso encher o reservatório”, detalha Kirchner. Hoje, conforme explica ele, a usina funciona como fio d’água (ou seja, no limite, na cota de 257 metros, sem armazenamento). A justificativa de que havia dificuldades para obtenção de licença ambiental não se confirma. Como expôs o SEESP em documento enviado no dia 23 de abril último por ocasião de audiência pública sobre o tema, essa ficou de ser concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não Renováveis (Ibama) em três etapas, sendo que “a última não foi solicitada”.

Interesse público em jogo

Não obstante, a resposta à demanda do SEESP tanto pelo TCU nesse caso quanto pela Aneel deixou a desejar. O órgão regulador colocou como obrigatório que o novo concessionário realize em 24 meses após a assinatura do contrato, como destaca Kirchner, “um estudo de aproveitamento ótimo para avaliar se fará ou não as obras previstas na usina”. Ele continua: “A Aneel está delegando ao concessionário a decisão. Está errado, os benefícios não devem ser pensados do ponto de vista do ganho que ele terá, mas de ampliação, de melhoria, de maior geração por exemplo em Itaipu, a usina que produz mais energia no mundo. A montante dessa, o reservatório de Porto Primavera serve também a Itaipu. Pode-se guardar a água excedente e rateá-la para outros concessionários. Quem tem que tomar a decisão é quem está enxergando o sistema como um todo. Isso trará enorme ganho, deixaremos de despachar termelétricas, que têm custo muito mais alto.”

O TCU, por sua vez, recomendou – e não determinou – que o estudo seja feito pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

No documento elaborado por ocasião da audiência pública chamada pela Aneel, o sindicato enfatizou que a prevalecer a proposta do órgão regulador, essa “poderá estar a legitimar em definitivo o subaproveitamento da UHE Porto Primavera, mesmo estando as obras de expansão em sua maior parte executadas, com sério e irreversível prejuízo à sociedade brasileira”. E seguiu: “Questionamos se será permitido ao novo concessionário se desfazer das extensas áreas de terras desapropriadas e que não seriam mais necessárias e que geram custo de manutenção e de vigilância? Questionamos se será permitido que o concessionário venda os equipamentos já adquiridos para instalação da 15ª até a 18ª unidade geradora?”

De acordo com o diretor do SEESP, por lei, essa definição tem que ser feita antes da privatização, o que pode até ensejar adiamento do leilão. A expectativa agora reside em pedido de esclarecimentos feito pelo MME em 16 de agosto último à Aneel, também a partir de documento encaminhado ao Ministério pelo SEESP – com cópia para diversas entidades, de modo a se articular mobilização para barrar esse processo. “Denunciamos esse assunto, que tem que ser decidido por todo mundo que é afetado.”

Em seu ofício, o MME pleiteia que a agência, considerando suas competências, explique suas motivações para estabelecer a cláusula relativa às “obrigações e encargos da concessionária”. E acrescenta: “Em específico, solicito, ainda, esclarecer as razões pelas quais o procedimento proposto é o que melhor preserva a neutralidade na busca por uma solução sistêmica, ou seja, o procedimento mais adequado para o aproveitamento ótimo do potencial energético e para a observância das condicionantes socioambientais.” Kirchner comemora: “Nossa leitura é de que vão mandar alterar o contrato. Deve-se tirar da mão do concessionário essa questão e passar para o Ministério.”



Robson Fernandes/AE

Principal ativo da Cesp, é essencial que Porto Primavera seja concluída, a bem da sociedade brasileira (foto de 1998).

Reconstruir a democracia e o desenvolvimento do País

Soraya Misleh*

DEZ PROPOSIÇÕES PARA orientar ação unitária nestas eleições gerais, em prol da democracia, soberania e desenvolvimento nacionais. Esse foi o resultado dos debates realizados em 10 de agosto, na sede do SEESP, na Capital, por ocasião da 12ª Jornada Rumo ao Brasil 2022, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU).

As contribuições estão condensadas na Carta aberta “A CNTU e as eleições de 2018”, aprovada por unanimidade ao final do evento (*confira em <https://goo.gl/3VjJDdu>*). A atividade incluiu ainda homenagem ao jornalista Audálio Dantas, conselheiro consultivo da entidade com amplo legado em prol do País, que faleceu em 30 de maio último. Também foram empossados na oportunidade novos integrantes do Conselho Consultivo da CNTU, em sua 13ª Plenária. Agora são 1.378 membros.

À abertura, o presidente da confederação – que também está à frente do SEESP –, Murilo Pinheiro, lembrou que na data ocorria o “Dia do Basta”, promovido pelas centrais sindicais, com agenda de mobilizações por todo o País em defesa de empregos, preservação dos direitos e da aposentadoria. Ao encontro disso, ele apontou “a grandeza de nossas profissões, cada vez mais contribuindo ao Estado e ao Brasil”. E frisou a importância do pleito deste ano para se retomar a rota do desenvolvimento nacional.

Também compuseram a mesa de abertura a vice-presidente da CNTU, Gilda Almeida de Souza, o diretor de articulação nacional da entidade, Allen Habert, e os representantes das entidades congregadas à confederação (Economistas, Engenheiros, Odontologistas, Farmacêuticos, Nutricionistas). Estiveram presentes ainda o vereador de São Paulo Gilberto Natalini (PV) e o deputado federal Carlos Zarattini (PT).

“O Brasil parou. O desenvolvimento depende muito de instituições que o promovem, as

quais foram pegadas de maneira violentíssima nos últimos quatro anos”, enfatizou no ensejo Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Segundo ele, é preciso reconstruí-las. Caso por exemplo do “BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*), que financia o investimento e está numa camisa-de-força”.

Cenário e oportunidades

Para Almeida, é crucial retomar o investimento público para o País avançar. Ao que “tem que se rever a lei do teto (*Emenda Constitucional 95, que congela gastos públicos sociais por 20 anos*)”. A partir daí, ele acredita que seja possível vislumbrar “uma luzinha no fim do túnel em menos de três anos”. Vinculada a essa questão, o diretor do Iedi indicou também a demanda por se repensar o orçamento de ciência e tecnologia, “se quisermos fazer parte da quarta revolução industrial”. Por fim, assinalou a premência de se fortalecer o mercado interno. “Não podemos deixar que esse processo, não inteiramente dizimado, acabe. É necessário defender programas sociais como instrumentos de crescimento”, frisou.

Antonio Corrêa de Lacerda, diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), enxerga como principal desafio “trazer a decisão econômica para o que interessa à nação”. Ele explicou: “A ideia de que pretensa ‘austeridade’ levaria ao resgate da chamada confiança permeia a fala dos rentistas e os discursos na grande mídia. É uma escolha equivocada.” E questionou: “Como é possível sair da crise se os elementos centrais para a tomada de decisões estão distorcidos? Tem-se alta taxa real de juros, o menor nível de investimentos públicos (30% abaixo do de 2014) e sem perspectiva de se rever esse volume enquanto não se alterar a Emenda Constitucional 95.” Para ele, as eleições se apresentam como oportunidade para



Murilo Pinheiro (no púlpito): contribuição fundamental com propostas factíveis nestas eleições, em prol de um país soberano, justo e inclusivo.

mudar esse estado de coisas. Não obstante, para Aldo Fornazieri, professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP), “democracia” não existe no Brasil para 60% a 70% de sua população, submetidas a exclusão, opressão e violência de Estado.

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), Denis Maracci Gimenez acredita, por sua vez, que um novo governo comprometido com canais de mobilidade social, desenvolvimento e crescimento terá que lidar com o alto número de desempregados – 13,2 milhões, além de 4,3 milhões no desalento. A força de trabalho subutilizada alcança 26 milhões de pessoas e praticamente 35% estão no Nordeste. Como explicou Gimenez, a regressão no trabalho levou ainda à queda de 1,5 milhão de postos na indústria e mais 1 milhão na construção civil, dos quais 500 mil somente no Nordeste. Ademais, entre os empregados, a maioria recebe até R\$ 1.307,00. “Assentado historicamente em baixos salários e elevada rotatividade, o mercado está muito desorganizado e é sobre esse que se propõe reforma trabalhista como lenitivo aos problemas brasileiros, um desastre completo”, lamentou o diretor do Cesit. E acrescentou: “É mister repensar isso.”

*Colaborou Jéssica Silva

Confira cobertura completa em www.cntu.org.br.

Jornada da CNTU culminou em dez propostas para orientar ação unitária nestas eleições gerais, rumo à retomada do crescimento.



Não à MP que *desestrutura saneamento* no País

Rosângela Ribeiro Gil

CERCA DE 5 MIL profissionais da área sanitária, em todo o País, participaram do Dia Nacional contra a MP do Saneamento, em 31 de julho último, contabiliza a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), uma das organizadoras da atividade. A medida provisória em questão é a de número 844, enviada ao Congresso Nacional pelo governo federal no dia 6 do mesmo mês. A matéria altera a Lei 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico desde 2007.

Para o presidente da Abes, seção São Paulo, Márcio Gonçalves, a medida desestrutura totalmente o setor. O presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), Aparecido Hojaij, arremata: “A 844 é um retrocesso e um perigo para o Brasil.”

Como observam os dois dirigentes, a MP, cuja vigência termina em 20 de setembro próximo e que já recebeu 525 emendas, é inconstitucional, afeta a titularidade dos municípios e significa o fim do subsídio cruzado, prejudicando as localidades mais pobres. Também gera, prosseguem, um grande risco à população de aumento das tarifas de água e esgoto em todo o País. “Essa medida provisória atende apenas os interesses de grupos privados que querem transformar o saneamento num balcão de negócios”, lamenta Hojaij.

Outro ponto polêmico da matéria, explicam, é o que torna a Agência Nacional de Águas (ANA) órgão regulador do saneamento bra-

sileiro. “Ela não tem a devida competência e capacidade para atuar num setor que envolve mais de 5 mil municípios. É uma centralização absurda para um País extenso e com tantas realidades diferentes”, observa Gonçalves. A proposta governamental, prossegue o presidente da Abes-SP, criará confusão também nas regiões metropolitanas, hoje pacificadas a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2013, em julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), pela gestão compartilhada entre o estado-membro e os municípios integrantes. “A MP traz uma divisão, não especifica como será essa gestão. Enfim, desorganiza tudo.”

A preocupação com o retrocesso é também do delegado sindical do SEESP junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Carlos Alberto de Carvalho, que participou do protesto do dia 31 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Engenheiro da empresa há 38 anos, ele não tem dúvidas de que a privatização do saneamento, embutida na MP 844, vai privilegiar tão somente os municípios ricos e rentáveis. “Os mais pobres não vão ter vez, porque não despertarão o interesse das empresas privadas. Isso significa dizer que a universalização do serviço ficará comprometida de vez no País, principalmente no Estado de São Paulo, que já está num bom caminho nesse sentido.”

Voltando ao século XIX

Dados recentes do Instituto Trata Brasil revelam que cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada e metade do País não tem coleta e tratamento dos esgotos, numa população estimada em mais de 206 milhões de habitantes. A situação é ruim, em todos os quesitos; na Região Norte, os indicadores apontam abastecimento de água próximo ou abaixo de 50%, destacando-se Porto Velho (RO), com 33,05%, e Macapá (AP), 39,11%. A coleta de esgoto é de apenas cerca de 10%, casos de Belém (PA), 12,62%; Manaus (AM), 10,18%; Macapá, 8,91%; ou ainda bem inferior, como ocorre em Porto Velho, que situa-se em somente 3,39%. Tal quadro já bastante negativo, avalia o presiden-

te do SEESP, Murilo Pinheiro, pode ser agravado pela MP. “A universalização do saneamento básico no Brasil é absolutamente essencial à saúde da população e à preservação do meio ambiente”, defende, e reforça manifesto de sanitaristas, lançado também no dia 31, os quais temem um impacto muito maior à população mais pobre, em um momento em que os recursos para a área da saúde estão congelados por 20 anos – como consequência da Emenda Constitucional 95, relativa ao teto dos gastos públicos. Diante disso, alertam no

Engenheiros e demais profissionais da área repudiam medida, que consideram um retrocesso.

documento: “Não investiremos em saneamento para prevenir doenças nem teremos condições de tratar os doentes. Em pleno século XXI viveremos em um Brasil do século XIX.”

Para Hojaij, o saneamento básico tem de ser visto como uma política pública de inclusão e desenvolvimento. “O que precisamos é de recursos públicos para a expansão dos serviços, com linhas de crédito de fácil acesso e menos burocracia”, diz. Na sua visão, não faz sentido o governo brasileiro, de forma unilateral e autoritária, adotar um caminho que já foi descartado por mais de 200 cidades do mundo, que reestatizaram os sistemas de água e esgoto. “O caso mais emblemático é o de Paris, que chegou a ser o símbolo da onda privatista do setor, mas cujo serviço voltou às mãos do poder público municipal.”

Diversas representações da área sanitária prometem fazer muito barulho contra a MP. Estão realizando um trabalho próximo aos parlamentares de esclarecimento para que a medida não seja aprovada. No dia 9 de julho, inclusive, estiveram em audiência com o presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira (MDB-CE), em que solicitaram a devolução da matéria ao Executivo, o que não foi aceito. “Queremos abrir esse debate para toda a sociedade. Esse é o ponto principal. Não à MP!”, conclama Gonçalves.



Ana Paula Vicari Rogers/Abes-SP

Manifestação contra a MP 844 lotou auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 31 de julho.

ESTÁGIO

Processos seletivos em engenharias

Petronas

A empresa nacional de petróleo da Malásia, responsável pela fabricação e comercialização de lubrificantes, procura estudantes que estão no terceiro período e com previsão de formatura a partir de dezembro de 2020. Benefícios: bolsa-estágio compatível com o mercado; vale-alimentação; vale-transporte e/ou transporte subsidiado; e seguro de vida em grupo. Inscrições até 30 de setembro em <https://goo.gl/JaGVqQ>.

Logicalis

A multinacional provedora de serviços e soluções de infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicações tem 45 vagas para São Paulo, Barueri e Campinas para diversos cursos, entre esses os de Engenharia de Telecomunicações, de Computação, Elétrica e de Produção. Benefícios: bolsa-auxílio compatível com mercado; vale transporte e refeição; seguro de vida; assistência médica e odontológica; ônibus fretado; estacionamento no local etc.. Candidate-se até 30 de setembro em www.ciadeestagios.com.br/logicalis.

Santander

A Getnet, empresa de tecnologia do grupo Santander, está com inscrições abertas para seu Programa de Estágio. No total, 30 vagas – em São Paulo (SP), Porto Alegre e Campo Bom (RS) – serão preenchidas por jovens que atuarão em diferentes áreas, como finanças, tecnologia, produtos, comercial, logística, entre outras. Para participar, o interessado precisa estar matriculado no ensino superior em cursos de exatas e humanas, com formação entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021. Importante ter nível intermediário do pacote office. Será considerado diferencial domínio dos idiomas de inglês e/ou espanhol. Inscrições até 16 de outubro em <https://goo.gl/S4Sd6s>.



Essas e outras vagas podem ser acessadas em <https://goo.gl/Ed6YVz>.

Crescimento da construção civil será *realidade*

DIAMANTINO SEMEDO é engenheiro civil formado pela Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) e pós-graduado em Marketing Industrial pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Já são cerca de 40 anos de experiência no segmento, com atuação em diversas áreas. Em julho último, Semedo, aos 61 anos de idade, assumiu um novo desafio: o cargo de *Chief Sales Officer* (CSO), ou diretor comercial, na Âncora Engenharia, empresa com 25 anos, especializada no desenvolvimento de soluções em edificações. Já como CSO ele fala nesta entrevista sobre mercado, liderança e gestão.

Divulgação



Qual a sua avaliação sobre o setor de engenharia a curto, médio e longo prazo no Brasil?

No curto prazo, até por conta das eleições, o setor passa por um momento de poucas oportunidades, mercado retraído, aguardando o desfecho do cenário político. No médio prazo, imaginando no período pós-eleição e nos próximos dois anos, um cenário de otimismo, principalmente se tivermos alguma renovação no quadro político. Enfim, acredito que o mercado volte a ganhar fôlego. Já no longo prazo, pensando nos próximos cinco ou dez anos, a volta do crescimento será uma realidade. Vejo o setor da construção civil forte, gerando vagas e com uma demanda crescente.

Quais as competências que o senhor traz da engenharia para estar à frente desse novo projeto?

Meu perfil *hands on* (no mundo empresarial significa disposição para qualquer necessidade da empresa, refere-se também à expressão “mão na massa” ou “aprender fazendo”), que envolve a busca por clientes, atuação bem próxima ao comercial e constante parceria com fornecedores e prestadores de serviço, é a principal competência.

Quais as habilidades comportamentais necessárias ao bom gestor e à liderança de uma equipe ou negócio?

Acredito que a principal habilidade seja o entendimento das necessidades de cada membro da equipe. Com isso, é possível obter o melhor desempenho de cada um.

ENGENHEIRO EMPREENDEDOR

Invista em aperfeiçoamento profissional

O SEESP mantém uma grade permanente de cursos para o engenheiro e público em geral que são realizados na sede da entidade, na capital paulista (Rua Genebra, 25, Bela Vista). Os associados têm desconto especial em todos. A seguir, destacam-se duas atividades, mas o programa tem muitas outras oportunidades que podem ser conferidas em <https://goo.gl/Miwus7>.

* Programa de eficiência energética

15 e 22 de setembro, 9h30 às 13h

Os engenheiros Simanis Imants Novickis e Sokrats Novickis são os consultores desse curso, cujo objetivo é identificar, planejar e executar ações referentes à redução de custos de energia e sustentabilidade de uso de água, com aplicabilidade em projetos novos, anti-

gos ou em construção. Associados ao SEESP têm preço especial de R\$ 249,00; demais interessados, R\$ 320,00. Mais informações e inscrições em <https://goo.gl/d13qeq>.

* Inteligência emocional

18 e 19 de setembro, 18h30 às 22h30

Os professores Evanildo Lessa Campos e Roberto Scardoa são os consultores desse curso. O preço promocional, até o sétimo dia útil anterior à data do início do curso, é de R\$ 84,00 para associados ao SEESP e de R\$ 108,00 para o público em geral; após essa data, sócio, R\$ 98,00 e demais interessados, R\$ 127,00. Conteúdo: o que é inteligência emocional, suas competências e como trabalhar com ela. Mais informações e inscrições em <https://goo.gl/FvuG2U>.



nube 20 anos
Estagiários e Aprendizizes

www.nube.com.br

Procurando estágio em Engenharia?

Vagas exclusivas do Nube:

www.seesp.org.br



Sindicato *participa* de audiência pública sobre venda da Embraer

A Câmara Municipal de São José dos Campos realizou audiência pública em 20 de agosto, por iniciativa do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade e Ministério Público do Trabalho, sobre as consequências ao País da venda da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para a americana Boeing. Durante a audiência, o procurador Rafael de Araújo Gomes demonstrou que o modelo de negociação em curso não é uma *joint venture*, quando há acordo entre duas ou mais companhias que estabelecem alianças estratégicas, como vem sendo divulgado. “A Boeing terá o controle operacional da nova empresa, que responderá diretamente ao CEO, seu presidente mundial”, disse.

“Todos os países que possuem empresas desse porte não



Especialistas e trabalhadores demonstraram consequências da venda da Embraer à americana Boeing, em audiência na Câmara Municipal de São José dos Campos.

abrem mão delas, pois são geradoras de ciência e tecnologia”, argumentou a vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP em São José dos Campos, Rozana Nogueira. Ela enfatizou que a venda pode agravar a situação de desemprego nacional. Além disso, “valores de tributos e salários po-

dem sair de circulação da economia”. “Se isso já é ruim para o Brasil, para a cidade e região será um tsunami”, alertou.

A diretora do SEESP, Maria Célia Ribeiro Sapucahy, completou: “Se tiver uma condução errada de algo, quem é da Embraer não poderá fazer nada.” Para ela, trata-se de uma perda imensurável.

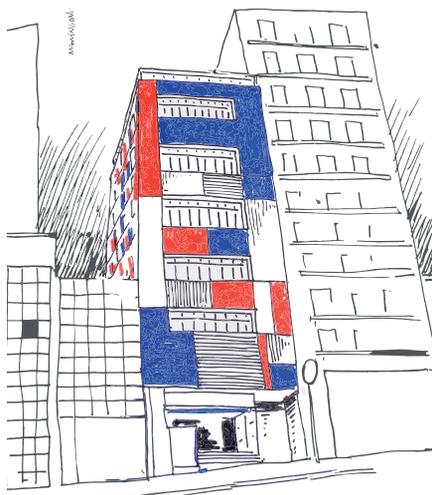
SEESP SEDIA DÉCIMA EDIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL DOS ENGENHEIROS

Nos dias 13 e 14 setembro, o SEESP, recebe, em sua sede em São Paulo, o X Congresso Nacional dos Engenheiros (Conse), promovido pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). O evento, que é o mais importante do calendário da entidade, reunirá representantes de seus 18 sindicatos filiados, elegerá a diretoria para o triênio 2019-2022 e traçará seu plano de ação para o período.

Realizada às vésperas das eleições 2018 e em um cenário de crise política e econômica, a atividade tem o objetivo ainda de debater a situação do País e as propostas da engenharia para a volta do desenvolvimento

sustentável, com distribuição de renda, preservação ambiental, valorização do trabalho e, sobretudo, fortalecimento da democracia.

Servirá de base à discussão a nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, cujo mote é meta essencial para o SEESP e a FNE: a retomada da engenharia nacional. Entre os temas em debate, a necessidade de política econômica que favoreça a volta do crescimento, os investimentos necessários ao País, os setores de petróleo e energia elétrica e o agronegócio. Também na pauta os desafios do movimento sindical. Confira programação completa em <https://goo.gl/KoepDC>.



Campanhas salariais

SPTrans – Os engenheiros que trabalham na SPTrans aprovaram, em assembleia, no dia 30 de julho último, o Acordo Coletivo de Trabalho de 2018, que inclui reajuste salarial de 3,04% retroativo à data-base (1º de maio) e extensível aos demais benefícios de caráter econômico. A PPR de 2018 será paga com o mesmo valor do exercício de 2017, respeitados os critérios vigentes, sem correção do percentual.

Cesp – Reunidos em assembleia no dia 7 de agosto, os engenheiros da Cesp aprovaram a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), com base na última proposta apresentada pela empresa. O reajuste salarial ficou em 1,54% (IPC-Fipe), retroativo à data-base (1º de junho), extensível aos benefícios de caráter econômico. A vigência é de um ano, prorrogável por mais um em caso de transferência do controle acionário da companhia, a contar da assinatura do novo contrato de concessão, e a empresa não promoverá demissão sem justa causa que não decorrer do descumprimento de obrigações contratuais ou que não se fundar em motivo disciplinar ou econômico previamente comprovado. Isso não se aplica aos contratos de prazo determinado, de aprendizagem e de dispensa por justa causa.

Emae – Em audiência de conciliação ocorrida no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo – 2ª Região, realizada em 8 de agosto, entre a Emae e seus trabalhadores, o SEESP propôs que a empresa antecipasse, na folha de agosto deste ano, o reajuste de 1,54%, conforme o IPC-Fipe de 1º de junho, retroativo a essa data. A negociação foi para o TRT em função do

resultado da assembleia dos engenheiros de 30 de julho último, que recusou a proposta final da empresa e colocou a categoria em estado de greve. As partes concordaram em suspender a audiência até o final do mês, de forma que a Emae pudesse apresentar a proposta ao órgão controlador com vistas à solução do impasse existente, relativo aos seguintes pontos reivindicados: vale-alimentação e refeição adicional no valor de R\$ 850,00; adicional de 100% na hora extra e aumento da verba de movimentação de 2% para 3%. A próxima audiência está marcada para 4 de setembro.

Eletropaulo – No dia 11 de agosto, os engenheiros da Eletropaulo, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a proposta final da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho 2018. Essa abrange piso salarial de R\$ 8.586,00, a partir de 1º de junho; reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado, de junho de 2017 a maio de 2018, no valor de 2,86% mais 0,5% de ganho real, totalizando 3,36%, que será aplicado sobre o salário de dezembro, para recebimento a partir de janeiro de 2019. O índice de reajuste dos benefícios também é de 2,86%, retroativo a 1º de junho. A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) coletiva tem valor de referência reajustado no IPCA e antecipação da primeira parcela de R\$ 5.350,00 em 12 de setembro. Também foi aprovado 20% de abono compensatório com base no salário de 31 de maio. A vigência do acordo é de dois anos (1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2020), com manutenção das cláusulas sociais, sendo negociadas anualmente as de caráter econômico.